



Em tempos de eleições, muitos católicos se deparam com um dilema aparentemente insolúvel: como votar fielmente ao Evangelho quando nenhum candidato representa plenamente os valores católicos? A resposta mais frequente — até por parte de membros da Igreja — é: “Então voto no mal menor.”

Mas será que essa abordagem é realmente católica? O que a Igreja ensina de fato? É possível que votar no “mal menor” seja pecado?

Este artigo oferece uma reflexão profunda, acessível e espiritualmente enraizada sobre essa questão atual e urgente, baseada no **Catecismo da Igreja Católica** (em especial o §2240), nas Sagradas Escrituras e na Tradição viva da Igreja. Porque votar não é apenas um ato cívico: é, acima de tudo, um **ato moral**.

1. A responsabilidade política dos católicos segundo o Catecismo

O **Catecismo da Igreja Católica**, no **§2240**, ensina:

“A submissão à autoridade legítima e o serviço ao bem comum exigem que os cidadãos cumpram com lealdade as obrigações civis e políticas. O amor e o serviço à pátria são um dever de gratidão e fazem parte da ordem da caridade. A submissão à autoridade e a responsabilidade pelo bem comum impõem aos cidadãos o dever moral, na medida do possível, de exercer o direito de voto.”

A Igreja reconhece aqui não apenas o dever de participação na vida pública, mas também sublinha a **dimensão moral** dessa participação. Votar não é uma opção neutra: é parte integrante da nossa **responsabilidade como cidadãos do Céu vivendo na Terra** (cf. Filipenses 3,20).

2. Discernir o próprio voto: o mal menor é moralmente lícito?

Na doutrina moral católica existe um princípio chamado **princípio do mal menor**. Contudo,



sua aplicação é muito mais complexa do que se pensa comumente.

O que a Igreja ensina:

Quando se está diante de dois **males inevitáveis**, pode-se **tolerar** o mal menor se não for possível evitar ambos. Trata-se, porém, de uma **tolerância passiva, não de uma cooperação ativa** com o mal.

O que a Igreja NÃO ensina:

A Igreja **nunca ensinou** que se pode **escolher ativamente um mal moral** para evitar um maior. Não se pode **nunca querer diretamente o mal**, mesmo que seja o “menor”. O Catecismo é claro no §1756:

“Não é permitido fazer o mal para que daí advenha um bem. Um fim bom não justifica meios maus.”

E São Paulo é igualmente explícito:

“E então? Devemos fazer o mal para que venha o bem? Alguns nos caluniam dizendo que ensinamos isso. A condenação deles é justa.”
(Romanos 3,8)

Assim, se um candidato **apoia leis ou medidas intrinsecamente más** (como aborto, eutanásia, ideologia de gênero, perseguição religiosa ou injustiças estruturais), um católico **não pode apoiá-lo conscientemente**, nem mesmo em nome do mal menor, **sem incorrer no risco de pecado grave**, caso existam alternativas moralmente aceitáveis.

3. Perspectiva histórica: o discernimento político na história da Igreja

Ao longo da história, a Igreja sempre ensinou os fiéis a tomarem decisões políticas com base em um princípio central: **a lei moral está acima de qualquer estrutura de poder**. Nos



primeiros séculos, os cristãos preferiam morrer mártires a participar do culto imperial. Não escolhiam o imperador “menos pagão”: **preferiam a morte à cooperação com o mal.**

Nos tempos modernos, documentos eclesiais como o **Compêndio da Doutrina Social da Igreja** e encíclicas como *Evangelium Vitae* de São João Paulo II reafirmam que o compromisso político deve ser sempre guiado por uma **consciência bem formada**. João Paulo II escreveu:

“Uma lei que nega o direito à vida de um ser humano inocente está em total contradição com o bem comum, que a lei é chamada a servir.” (*Evangelium Vitae*, 72)

4. Guia prática: como votar como católicos fiéis

Eis um guia pastoral concreto para votar com integridade moral:

□ Passo 1: **Formar corretamente a consciência**

- Ler o Catecismo (especialmente §§2240, 1735–1756).
- Estudar documentos da Igreja como *Evangelium Vitae*, *Caritas in Veritate*, o *Compêndio da Doutrina Social*.
- Não se deixar guiar por emoções, partidos ou ideologias.

□ Passo 2: **Identificar os princípios inegociáveis**

Segundo Bento XVI e o ensinamento constante da Igreja, há princípios **inegociáveis**:

- Defesa da vida (do momento da concepção até a morte natural).
- Proteção da família fundada no matrimônio entre homem e mulher.
- Liberdade religiosa.
- Direito dos pais à educação religiosa dos filhos.

□ Passo 3: **Avaliar os candidatos**

- Promovem o bem comum ou apenas interesses ideológicos?



- Apoiaram ou aprovaram leis imorais?
- Seu programa ameaça princípios inegociáveis?

□ Passo 4: **Apoiar o bem possível, não o mal tolerável**

- Se nenhum candidato é perfeito, deve-se escolher aquele que **não defenda males intrínsecos**, mesmo que tenha falhas em áreas secundárias.
- Se **todos os candidatos são moralmente inaceitáveis**, é **lícito abster-se ou votar em branco**, como forma de testemunho, não de indiferença.

□ Passo 5: **Agir em oração**

- Rezar ao Espírito Santo antes de votar.
- Rezar pelos governantes, mesmo pelos contrários à fé (cf. 1 Timóteo 2,1-2).

5. E se votei no mal menor por ignorância?

A Igreja é mãe e mestra: oferece sempre **luz, não condenação**. Quem votou erroneamente por ignorância invencível não cometeu pecado. Mas quem vota conscientemente por um grave mal moral, **comete pecado grave** e necessita da confissão sacramental, com o propósito de discernir melhor no futuro.

6. A política como ato de caridade

São João XXIII afirmava:

“A política é a mais alta forma de caridade.”

Não se trata apenas de votar bem: trata-se de **construir ativamente o bem comum**, a partir da família, da paróquia, da comunidade local, da educação, do serviço aos pobres.



7. Conclusão: a consciência não negocia com o mal

Ser fiel a Cristo exige coragem. Em um mundo relativista, os cristãos devem ser **sal da terra e luz do mundo** (Mateus 5,13-14), também na cabine eleitoral.

Votar não significa escolher entre dois males, mas **apoiar o bem possível sem trair o Evangelho**. Se isso não for possível, é melhor abster-se do que tornar-se cúmplice da injustiça.

Como disse São Tomás Moro, mártir da consciência:

“Morro como servo fiel do rei, mas de Deus primeiro.”

□ Guia espiritual para o discernimento político

- **Exame de consciência antes do voto:** Estou sendo guiado pela fé ou por interesses pessoais?
- **Confissão frequente:** Especialmente em momentos decisivos.
- **Adoração eucarística:** Para buscar luz diante do Santíssimo.
- **Oração pela conversão dos governantes:** Mesmo os hostis à fé.
- **Formação contínua na doutrina da Igreja:** Para não ser “como crianças agitadas por todo vento de doutrina” (Efésios 4,14).